

# Mapeamento Bibliográfico para Pesquisa em Advocacia Popular

## Mapeo Bibliográfico para la Investigación en Abogacia popular

## Bibliographic Mapping for Research in Peoples's Lawyering

**Luiz Otávio Ribas<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: professorluizribas@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3637-535X>.

**Flávia Carlet<sup>2</sup>**

<sup>2</sup> York University, Toronto, Canadá e Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal. E-mail: flaviacarlet27@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7308-364X>.

**Freddy Ordóñez Gómez<sup>3</sup>**

<sup>3</sup> Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá, Cundinamarca, Colômbia. E-mail: freddy@ilsa.org.co. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4326-6157>.

### Como citar este trabalho

RIBAS, Luiz Otávio; CARLET, Flávia; GÓMEZ, Freddy Ordóñez. Mapeamento Bibliográfico para pesquisa em advocacia popular. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 591-605, jul./dez. 2025.

**insurgência** *EL OTRO DERECHO*

**InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**

v. 11 | n. 2 | jul./dez. 2025 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS | ISSN 2447-6684

Dossiê realizado em colaboração com a revista *El Otro Derecho* do Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un derecho Alternativos



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

## **Mapeamento Bibliográfico para Pesquisa em Advocacia Popular**

ABEL, Richard L. (1982) The Underdevelopment of Legal Professions: A Review Article on Third World Lawyers, *American Bar Foundation Research Journal*, 7 (3), p. 871-893.

ABEL, Richard L. (1985) Law without politics: legal aid under advanced capitalism, *UCLA Law Review*, n. 32, 474-642.

ABEL, Richard L. (1985) Lawyers and the Power to Change, *Law & Policy*, 7(1), 5-18.

ABEL, Richard L. (1998) Speaking Law to Power: Occasions for Cause Lawyering in Austin Sarat e, Stuart Scheingold (eds.). *Cause Lawyering: Political Commitments and Professional Responsibilities*. Oxford: Oxford University Press, p.69-117

ABEL, Richard L. (1995) Revisioning Lawyers in Richard L. Abel e Philip S. C. Lewis (eds.). *Lawyers in Society: an overview*. Berkeley: University of California Press. Disponível em: <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft8g5008f6/>.

ALBUQUERQUE, Amanda Santiago de (s/data). Advocacia popular: acesso ao direito e à justiça. Website JusBrasil. Disponível em: <https://amandalbuquerque.jusbrasil.com.br/artigos/232919976/advocacia-popular>

ALFONSIN, Jacques Távora (2013) “Assessoria jurídica popular: necessidades, limites e perspectivas”. *Das legalidades injustas às (i)legalidades justas: estudos sobre direitos humanos, sua defesa pela assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade*. Porto Alegre: Armazém Digital, 09-32.

ALFONSIN, Jacques Távora (2013) “Do pobre direito dos pobres à assessoria jurídica popular”. *Das legalidades injustas às (i)legalidades justas: estudos sobre direitos humanos, sua defesa pela assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade*. Porto Alegre: Armazém Digital.

ALFONSIN, Jacques Távora (2013) “Sujeitos, tempo e lugar da prática jurídico-popular emancipatória que tem origem no ensino do direito”. *Das legalidades injustas às (i)legalidades justas: estudos sobre direitos humanos, sua defesa pela assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade*. Porto Alegre: Armazém Digital.

ALMEIDA, Ana Lia et al (2016) Entrevista com Sônia Costa - Dificuldades, limitações e desafios da assessoria jurídica popular. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, 2 (2), 8-13.

ALMEIDA, Ana Lia (2017) Assessoria Jurídica Popular: um conceito, um movimento in Amélia Rocha et al (eds.), Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda, vol.2, 111-155.

ALMEIDA, Ana Lia; GÓES JUNIOR, José Humberto de; SANDRI, Anna Carolina Lucca; SILVA, Valéria Fiori da (orgs.) (2016) Dossiê: Assessoria Jurídica Popular, InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, 2 (2).

ALMEIDA, Frederico de (2016) Advogados e Política: notas a partir da observação de um encontro de advogados populares no início dos anos 2000, Revista de Estudos Empíricos em Direito, 3 (2), 135-148.

ALMEIDA, Frederico de; NORONHA, Rodolfo (2016) Advogando nas ruas: advocacia em protestos urbanos em São Paulo e no Rio de Janeiro (2013-2015), Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, 4 (2), 5-28.

ALMEIDA, Frederico de (2011). A advocacia pro bono e o acesso à justiça no Brasil? Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/advocacia-pro-bono-e-acesso-justica-brasil-artigo-frederico-almeida>.

ALMEIDA TELES, Janaína de (2013) Em defesa da liberdade e da justiça: os advogados de perseguidos políticos de São Paulo nos anos 1970. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 102, 287-299.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando; BÁRCENA ARÈVALO, Erika (eds.) (2022) Otro Derecho es Posible. Diálogo de saberes y nuevos estudios militantes del derecho en América Latina. Morelia: Universidad Nacional Autónoma de México.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando (2024). La imaginación jurídica subalterna, el derecho austral y la abogacía militante. Nuevos instrumentos analíticos para prácticas jurídicas insurgentes y descolonizantes, El Otro Derecho, (61), 39-63.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando (2018) Otro derecho es posible. Una biografía (intelectual y militante) del Colectivo Emancipaciones, Oñati Socio-legal Series, 8(5), 37-69.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando (2018) "Traducción intercultural y ecología de saberes jurídicos en la experiencia de Cherán, México. Elementos para una nueva práctica crítica y militante del derecho", in Meneses, Maria Paula; Bidaseca, Karina (eds.), Epistemologías del Sur. Buenos Aires: Clacso. Coimbra: CES, 367-384.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando (2013) El derecho en insurrección. El uso contrahegemónico del derecho en el Movimiento Purépecha de Cherán, *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 7 (2), 37-69.

ARIZA SANTAMARÍA, Rosembert; FORERO MEDINA, Henry; FONSECA SANDOVAL, José D. (2024) Abogacía entendida y abogacía vivida: usos sociales de las prácticas subalternas de reapropiación popular de lo jurídico, *El Otro Derecho*, 61, 63-86.

ASSIS, Mariana Prandini (2021) Strategic Litigation in Brazil: Exploring the Translocalisation of a Legal Practice, *Transnational Legal Theory*, 12, 360-389.

AZAMBUJA, Marcelo Andrade de (2014) “Semeando a Justiça: a relação entre a Advocacia Popular e os Movimentos Sociais Populares na busca do Acesso à Justiça”. Monografia de Graduação em Direito. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BAGGIO, Roberta. C.; MOLLE, A. A.; FRAGA, A.; KOERIC, B.; BOLL, H. C.; SILVESTRI, L.; BAUER, L. C.; AZAMBUJA, M.; VIVIAN, M. M.; MARTINS, P. N.; SILVA, V. A. (2018). Assessorias jurídicas universitárias populares e estágio interdisciplinar de vivência: integrando universidade e sociedade por meio de práticas extensionistas. Porto Alegre: UFRGS.

BÁRCENA ARÉVALO, Erika; GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, Alejandra; IBARRA ROJAS; Lucero (2022) “Género y diálogo de saberes entre abogadas militantes y actores en la lucha de las comunidades indígenas: la experiencia desde el Colectivo Emancipaciones” in Orlando Aragón Andrade; Erika Bárcena Arévalo (eds.) *Otro Derecho es Posible. Diálogo de saberes y nuevos estudios militantes del derecho en América Latina*. Morelia: Universidad Nacional Autónoma de México, 149-170.

BETTONI, Isabella de Araújo (2021) “Advocacia insurgente e o combate à violência de gênero: Uma experiência na Assessoria Jurídica Popular da Casa de Referência da Mulher Tina Martins”. Mestrado em Direito. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

BURGOS, Germán (1994) Globalización, derecho y luchas sociales, *Pensamiento Jurídico*, 1, 63-69.

BURGOS, Germán (1996) Los servicios legales populares y los extravíos de la pregunta por lo político, *El Otro Derecho*, 7 (3), 09-25.

CAMPILONGO, Celso F. (1991) “Assistência Jurídica e realidade social: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais” in Instituto de Apoio Jurídico Popular (ed.) *Discutindo Assessoria Jurídica Popular*, 08-24.

CAMPILONGO, Celso Fernando (2000) Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo, in O Direito na sociedade complexa. São Paulo: Max Limonad.

CARDOSO, Evorah (2019) Pretérito imperfeito da advocacia pela transformação social, *Direito & Práxis*, 10 (1), 543-570.

CARDOSO, Evorah; FANTI, Fabíola; MIOLA, Iagê (2013). Advocacia de interesse público no Brasil: a atuação das entidades de defesa de direitos da sociedade civil e sua interação com os órgãos de litígio do Estado. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário.

CARLET, Flávia (2019) “Advocacias ‘com’ e ‘para’ comunidades negras rurais. Diálogo de saberes e direito ao território no Brasil e no Equador”. Tese de Doutorado em Sociologia do Direito. Coimbra: Universidade de Coimbra.

CARLET, Flávia (2015) Advocacia Popular: práticas jurídicas contra-hegemônicas no acesso ao direito e à justiça no Brasil, *Revista Direito & Práxis*, 6 (10), 377-411.

CARLET, Flávia (2013) “Novos prismas para a análise da advocacia popular no Brasil no contexto da luta pelos direitos humanos” in Ovidia Rojas Castro; Francisco Javier Ibarra Serrano; María Elena Solorio (eds.) *Educación y Profesión jurídica: qué y quién detrás del derecho*. México: Universidad de San Nicolás de Hidalgo, 117-136.

CARLET, Flávia. Advocacia popular. In *SURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 8, n. 2, 425-432, jul./dez. 2022.

CARLET, Flávia (2024) Comunidade negra, advocacia ambiental e lutas jurídicas no Equador: o diálogo de saberes entre construções e rupturas. *El Otro Derecho*, (61), 89-108.

CARNEIRO, Maria do Rosário de Oliveira (2020) A assessoria jurídica popular no marco do pensamento decolonial: direitos e saberes construídos nas resistências populares. Belo Horizonte: Dialética.

CERIC, Irina (2020) “Lawyering from Below: Activist Legal Support in Contemporary Canada and the US”. Tese de Doutorado em Direito e Filosofia. Toronto: York University.

CHAMA, Maurício. (s/d) Movilización y politización: los abogados de Buenos aires (1968-1973). Disponível em:  
<http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Chama.pdf>

COMISSÃO DA VERDADE. Relatório Comissão da Verdade: a atuação dos advogados na defesa dos presos políticos. Disponível em:  
[http://www.oab.org.br/historiaoab/links\\_internos/estexcec\\_oficioprisoesadv.htm](http://www.oab.org.br/historiaoab/links_internos/estexcec_oficioprisoesadv.htm).

CORREAS, Oscar (1994) La teoría general del derecho y el derecho alternativo. *El Otro Derecho*, 15, 61-74.

CUNHA, Luis Emmanuel Barbosa da (ed.) (2010) “Advocacia popular: a busca pelo respeito a direitos e os desafios legislativos”. Recife: GAJOP.

DE LA TORRE, Jesús António (1991) El uso alternativo del derecho por Bartolomé de las Casas. Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes.

DE LA TORRE, Jesús António (2006) El derecho como arma de liberación en América Latina. Sociología jurídica y uso alternativo del derecho. San Luis Potosí: Universidad Autónoma San Luis Potosí, Facultad de Derecho; Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Gutiérrez; Comisión Estatal de Derechos Humanos.

ENGELMANN, Fabiano (2006) Internacionalização e ativismo judicial: as causas coletivas, *Lua Nova*, 69, 123-146.

FALCÃO, Joaquim (1986) “A manera de introducción democratización y servicios legales en America Latina” in R. Bergalli, O. Correas, J. Falcão, B. Jessop, N. Lechner, G. Pierre-Charles, J. C. Portantiero, B. de S. Santos, F. de Trazegnies. *Los abogados y la democracia en América Latina*. Quito: ILSA, 1986.

FREITAS, Janaina Helena de (2019) “O acesso à justiça e a dignidade da pessoa humana: breves apontamentos sobre a atuação das assessorias jurídicas populares na emancipação do indivíduo”, *REDES-Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, 7 (1), 95-113.

FRIGO, Darci; PRIOSTE, Fernando; ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio (Org.). *Justiça e direitos humanos: experiências de assessoria jurídica popular*. Curitiba: Terra de Direitos, 2010.

GALINDO DELGADO, Gonzalo (2019) *Derecho y emancipación social. Reflexiones para una praxis jurídica crítica*. Medellín: Universidad de Antioquia, Facultad de Derecho y Ciencias Políticas.

GALINDO DELGADO, Gonzalo (2020). “Bases reflexivas para una abogacía crítica y emancipatoria en la Colombia de la transición” in G. I. Gómez; & S. M. Gómez (eds.), *Derecho y cambio social. Debates y reflexiones sobre las posibilidades transformadoras del derecho*. Medellín: Universidad de Antioquia, 2020, 31-65.

GALVÃO, Cássio Von Marcio Ferreira; KZAM, Samuel Duarte (2013) “Advocacia popular aliada aos movimentos sociais: a busca do direito como um agente revolucionário. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/advocacia-popular-aliada-aos-movimentos-sociais/108756>.



GEDIEL, José A. P.; GORSODORF, Leandro; ESCRIVÃO FILHO, Antonio; BELARMINO, Hugo; LIMA, Marcos O.; ARAÚJO, Eduardo F.; CAMPAGNARO, Yuri; GUIMARÃES, Andréa; MEDEIROS, João T.N.; MASO, Tchenna; PESSOA, Kamila B. A.; BENÍCIO, Igor; LOPES, Virnéia; BARRETO, André (2012) Mapa territorial, temático e instrumental da assessoria jurídica e advocacia popular no Brasil. Brasília: OJB; Dignitatis; Terra de Direitos.

GONZALEZ; Manuela Graciela; MARANO, María Gabriela (2014) La formación de abogadas y abogados: nuevas configuraciones. La Plata: Imás.

GORSODORF, Leandro F.; HOSHINO, Thiago A. P. (2014) “Chaveiros da porta da lei: a advocacia popular como práxis de acesso à justiça para a atualização constitucional” in Clémerson Merlin Cléve (ed.), Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 883-900.

GORSODORF, Leandro F. (2004) “Advocacia popular na construção de um novo senso comum jurídico”. Dissertação de mestrado em Direito. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

GUERRERO ANDRADE, Irán; VAZQUEZ VALENCIA, Luiz Daniel (2019) Abogacía activista en América Latina: entre la emancipación y la dominación, Revista de investigación en Derecho, Criminología y Consultoría Jurídica. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 89-15.

GUERRERO ANDRADE, Irán (2015) “La desigualdad del derecho desde lo sagrado y lo profano” in Ovídia Rojas Castro; Lucero Ibarra Rojas (eds.) Estado, Derecho y Desigualdad. Morelia: Universidad Michoacana de Hidalgo, 155-173.

GUERRERO ANDRADE, Irán (s/data) “La construcción contrahegemónica de los derechos humanos desde las prácticas de los abogados activistas que defendien procesos legales en México”. Disponível em: [http://clepso.flacso.edu.mx/sites/default/files/memorias\\_2016/eje\\_3/clepso\\_2016\\_eje3\\_guerrero\\_y\\_andrade.pdf](http://clepso.flacso.edu.mx/sites/default/files/memorias_2016/eje_3/clepso_2016_eje3_guerrero_y_andrade.pdf).

HAGINO, Cora H.; QUINTANS, Mariana Trotta D. (2015) O reconhecimento de povos tradicionais e os usos contra-hegemônicos do direito no Brasil: entre a violência e a emancipação social, Revista Direito & Práxis, 06 (10), 598-644.

HOUTZAGER, Peter P. (2007) “El Movimiento de los Sin Tierra, el campo jurídico y el cambio legal en Brasil” in Boaventura de Sousa Santos; César A. Rodríguez Garavito (eds.), El derecho y la globalización desde abajo: hacia una legalidad cosmopolita. México: UAM-Cuajimalpa, 197-214.

ISAIAS, Taís Lopes Santana (2023) “As armas do senhor destroem a casa grande? Diálogos entre assessoria jurídica popular no Brasil e advocacia de interesse público na África do Sul”. Tese de doutorado em Direito. Universidade Federal de Minas Gerais.

JACQUES, Manuel (1988) Una concepción metodológica del uso alternativo del derecho, *El Otro Derecho*, (1), 19-42.

JUNQUEIRA, Eliane B. (1996) Naranjas y Manzanas: dos modelos de servicios legales alternativos, *El Otro Derecho*, 7 (3), 27-57.

JUNQUEIRA, E. B. (1988). Os Advogados Populares: em busca de uma identidade. Rio de Janeiro: Departamento de Direito PUC-RJ.

JUNQUEIRA, Eliane B. (2002) Los abogados populares: en busca de una identidad, *El Otro Derecho*, (26), 193-227.

KOPITTKE, Alberto L. (2007) “Teoria e prática dialética no direito brasileiro: a Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR) e a Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)”. Monografia de Graduação em Direito. Brasília: Centro Universitário do Distrito Federal.

ILSA (2024) Abogacía popular, servicios legales alternativos y empoderamiento jurídico, *El Otro Derecho*, 61. Disponível em: <https://ilsa.org.co/wp-content/uploads/2025/06/El-Otro-Derecho-61-Final-v2.pdf>

LIMA, Thiago Arruda Queiroz (2008) “A assessoria jurídica popular como aprofundamento (e opção) do conteúdo político do serviço jurídico”. Trabalho apresentado no XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária, Ceará.

LIMA FILHO, Marcos; FEITOSA, Enoque (2011) “Uma noção acerca da advocacia popular a partir de uma pesquisa empírica em João Pessoa”. Anais do XX Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis.

LISTA, Carlos; BEGALA, Silvana (2012) “Abogados, compromiso social y uso del derecho”, comunicação apresentada no XIII Congreso Nacional y III Latinoamericano de Sociología Jurídica, Universidad Nacional de Río Negro. Río Negro, 08 a 10 de novembro.

LUZ, Vladimir de Carvalho (2008). Assessoria jurídica popular no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MAIA, Christianny Diógenes (2010) Assessoria jurídica popular e acesso à justiça, *Revista Opinião Jurídica*, 08 (12), 9-27.

MAIA, Christianny Diógenes; LOPES, Ana Maria D’ávila (2009) Assessoria jurídica popular: experiência cearense, *NEJ*, 14 (2), 196-216.

MAIA, Christianny Diógenes; LOPES, Ana Maria D’ávila (2010) “A assessoria jurídica popular na construção de uma nova cultura jurídica antipositivista e antimachista: superando a discriminação de gênero no direito”. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.



- MAIA, Christianny Diógenes (2006) “Assessoria Jurídica Popular – Teoria e Prática emancipatória”. Dissertação de mestrado em Direito”. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- MANZO, Mariana A. (2013) “Abogados y abogadas alternativos en el área de la diversidad sexual” in Ovidia Rojas Castro; Francisco Javier Ibarra Serrano e María Elena Solorio (eds.) Educación y Profesión jurídica: qué y quién detrás del derecho. México: Universidad de San Nicolás de Hidalgo, 137-168.
- MANZO, Mariana A. (2016) Identidades profesionales: El lugar que ocupa el derecho y la política en el ejercicio, *Revista Direito & Práxis*, 07 (5), 175-212.
- MANZO, Mariana Anahí (2011) Uso estratégico del derecho: reconocimiento del matrimonio de parejas de mismo sexo en Argentina, *Oñati Socio-legal series*, 1 (1), 1-35.
- MARÉS, Carlos Frederico; ROMÁN, Iara Sánchez; KANNO, Paula Harumi (2024). La abogacía popular y el siglo XXI, *El Otro Derecho*, (61), 15-38.
- MARTINS, Priscylla Monteiro Joca (2016) O direito através do Espelho: contribuições da assessoria jurídica popular às lutas de movimentos populares em torno do direito à terra e ao território, *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, 2 (2), 51-79.
- MEILI, Stephen (1998) “Cause Lawyers and Social Movements: a comparative perspective on democratic change in Argentina and Brazil” in Austin Sarat; Stuart A. Scheingold (eds.) Cause Lawyering: political commitments and professional responsibility. New York: Oxford University Press, 487-522.
- MEILI, Stephen (2001) “Latin American Cause-Lawyering Networks” in Austin Sarat e Stuart A. Scheingold Cause Lawyering and the State in a Global Era. New York: Oxford University Press, 307-333.
- MELEAY, Fiona (2008) The legal profession’s beautiful myth: surveying the justifications for the lawyer’s obligation to perform pro bono work, *International Journal of the profession*, 15 (3), 249-271.
- MENDES, André Luis C. (2011) “Advocacia popular, utopia e ação política”. Dissertação de mestrado em Direito. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- MURCIA RIAÑO, Diana (2011) Organizaciones de derechos humanos y ecologistas en Ecuador y Colombia: entre la hiperjuridización, el marginamiento y la ruptura con el repertorio jurídico. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Quito: FLACSO.

ORDOÑEZ, Freddy (2024) Servicios jurídicos alternativos y abogacía popular en América Latina: la práctica legal crítica y el constitucionalismo en la región. Caso Colombia, *El Otro Derecho*, 61, 141-156.

PAZELLO, Ricardo Prestes (2016) A práxis da assessoria jurídica popular como vetor para o estudo da relação entre Direito e movimentos populares: ensaio sobre o Direito insurgente, *Caderno eletrônico de Ciências Sociais*, 4 (2), 94-117.

PETRARCA, Fernanda R. (2016) Carreira profissional e ativismo social: as lógicas do engajamento na defesa de causas, *Estudos Sociológicos*, 21 (40), 99-116.

PETRARCA, Fernanda R. (2014) A luta pelos direitos humanos: profissionalização de causas e politização do direito, *Caderno CRH*, 27 (70), 181-199.

PETRARCA, Fernanda R. (2013) Ativismo jurídico e usos militantes do direito na luta pela igualdade racial, *Revista de Antropologia da USP*, 56 (1), 111-145.

PIVATO, Luciana Furquim; RIBEIRO, Daisy Carolina Tavares (eds) (2023). Programa Terra de Direitos de formação em assessoria jurídica popular para advogados e advogados de movimentos sociais. Curitiba: Terra de Direitos. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Publicacao-programa-de-formacao.pdf>

PIVATO, Luciana (2010) “O Acampamento Elias de Moura e uma experiência de assessoria jurídica popular na defesa dos direitos humanos dos trabalhadores rurais sem terra” in Darci Frigo; Fernando Prioste; Antônio Sergio Escrivão Filho (eds.) *Justiça e Direitos Humanos: experiências de assessoria jurídica popular*. Curitiba: Terra de Direitos, 223-250.

PRESSBURGER, Miguel (1996) “Advocacia dos movimentos populares”. Anais da XVI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Fortaleza: OAB/Ceará, 283-290.

QUINTANS, Mariana Trotta D. (2013) “Judiciário, advogados populares e movimentos sociais rurais no sudeste paraense. Anais do II Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais. Goiás: IPDMS, 1378-1397.

QUINTANS, Mariana Trotta D. (2016) “O diálogo de saberes e o reconhecimento constitucional dos direitos das comunidades quilombolas”, comunicação apresentada na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, de 03 a 06 de agosto, João Pessoa/Paraíba.

RIBAS, Luiz Otávio (2009) “Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)”. Dissertação de Mestrado em Direito. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

RIBAS, Luiz Otávio (2016) Contexto sociopolítico brasileiro da advocacia e das práticas de insurgência, *Caderno eletrônico de Ciências Sociais*, 4 (2), 29-50.

RIBAS, Luiz Otávio (2015) “Direito insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil (1960-2010)”. Tese de Doutorado em Direito. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

RIBAS, Luiz Otávio; Neuraüter, Maíra (2014) “Advocacia de Rua nas manifestações de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro” in Celso Luiz Ludwig; Ricardo Prestes Pazello; Fabiana Cristina Severi (eds.) *Anais do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais*. Curitiba: IPDMS, 1104-1120.

RIBAS, Luiz Otávio (2024) Memorias de la abogacía en las manifestaciones de junio de 2013 en Río de Janeiro, *El Otro Derecho*, (61), 109-124.

ROCHA, Amélia; CARNEIRO, Ana; JOCA, Priscylla; MEDEIROS, Rodrigo; ZAFFALON, Luciana; FURTADO, Talita (eds.) (2013) *Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça*. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda.

ROJAS HURTADO, Fernando (1988) Comparación entre las tendencias de los servicios legales en Norteamérica, Europa y América Latina (1988), *El Otro Derecho*, (1), 07-17.

ROJAS HURTADO, Fernando (1989) Comparación entre las tendencias de los servicios legales en Norteamérica, Europa y América Latina. Segunda Parte, *El Otro Derecho*, (5), 05-57.

ROJAS CASTRO, Maria Ovidia; SERRANO, Francisco Javier Ibarra; PINEDA SOLORIO, María Elena (eds.) (2013). *Educación y profesión jurídica: qué y quién detrás del derecho*. México: Morelia.

ROCHA, Amélia et al (eds.) (2013) *Defensoria pública, assessoria jurídica popular e movimentos sociais e populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça*. Fortaleza: Dedo de Moças.

SÁ E SILVA, Fábio de (2011) “É possível, mas agora não. A Democratização da Justiça no Cotidiano dos Advogados Populares”, *Texto para Discussão*, Vol. 1567. Brasília: IPEA.

SÁ E SILVA, Fábio de (2009) “Professional ideology and access to justice in the making of people’s lawyers in Brazil”. Trabalho apresentado no Law and Society Annual Meeting. Denver, 28 a 31 de maio.

SÁ E SILVA, Fabio de (2015) Hegemonia e contra-hegemonia na globalização do direito: a advocacia de interesse público nos Estados Unidos e na América Latina, *Direito & Práxis*, 6 (10), 310-376.

SÁ E SILVA, Fábio de (2013) "Lawyers and governance in a globalizing world: narratives of public interest law across the Americas". Tese de doutorado em Direito, Política e Sociedade. Northeastern: Northeastern University.

SANTAMARÍA, Rosembert Ariza; MEDINA, Henry Forero; SANDOVAL, José Daniel Fonseca (2024). Abogacía entendida y abogacía vivida: usos sociales de las prácticas subalternas de reapropiación popular de lo jurídico, *El Otro Derecho*, (61), 65-88.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007) Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CARLET, Flávia (2010) "The movement of landless rural workers in Brazil and their struggles for access to law and justice" in Yash Ghai; Jill Cottrell (eds.) *Marginalized communities and access to justice*. New York: Routledge, 60-82.

SANTOS, Cecília MacDowell; CARLET, Flávia (2023) "Advocacia Popular e Ativismo Jurídico Transnacional: Contornos Conceituais à Luz das Epistemologias do Sul in José Ricardo Cunha (ed.), *Teorias Críticas e Crítica do Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 85-124.

SANTOS, Cecília MacDowell (2018). Mobilizing Women's Human Rights: What/Whose Knowledge Counts for Transnational Legal Mobilization?, *Journal of Human Rights Practice*. 10 (2), 191-211.

SANTOS, Cecília MacDowell (2015) "Building and Breaking Solidarity: Learning from TANs and Struggles for Women's Human Rights", comunicação apresentada no Workshop Transnational Advocacy Networks: Reflecting on 15 Years of Evolving Theory and Practice. Watson Institute for International Studies, Brown University. Providence, 30 de abril.

SEMINARIO, Cázer Bazán (2019) Las abogadas y los abogados: modernas, modernos y coloniales. *Ius Et Veritas*, 58, 226-245.

SEVERI, Fabiana Cristina (2014). Cartografia social e análise das experiências de assessorias jurídicas universitárias populares brasileiras: relatório de pesquisa. Ribeirão Preto: USP.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (2011) O Direito como liberdade: O Direito Achado na Rua. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

STURZA, Janaína Machado; CASSOL, Sabrina (s/d) "A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares: uma busca constante pelo respeito à democracia". Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33230-42208-1-PB.pdf>.

TAVARES, Ana Cláudia Diogo (2007) “Os nós da rede: concepções e atuação do(a) advogado(a) popular sobre os conflitos sócio-jurídicos no Estado do Rio de Janeiro”. Dissertação de mestrado em Direito. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

TAVARES, Ana Cláudia Diogo (2006), “A luta pelo direito e a assessoria jurídica popular: desafios e perspectivas da atuação da RENAP no Estado do Rio de Janeiro”, *Confluências*, 7 (1), 02-16.

VECCHIOLI, Virginia (2008) “Redes transnacionales y profesionalización de los abogados de derechos humanos en la Argentina” in Ángela Santamaría; Virginia Vecchioli (eds), *Derechos humanos en América Latina: mundialización y circulación internacional del conocimiento experto jurídico*. Bogotá: Universidad del Rosario, 31-60.

VECCHIOLI, Virginia (2006) “A luta pelo direito”. Engajamento militante e profissionalização dos advogados na causa pelos direitos humanos na Argentina”. Tese de doutoramento em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VENKATESH, Vasanthi (2025) *Radical Resistance in the Penumbra of the Law: Legal Mobilization for Migrant Farmworkers under Neo-colonial Racial Capitalism*, *Journal of Law and Social Policy*, 37, 22-48.

VÉRTIZ, Francisco (2013) Los abogados populares y sus prácticas profesionales. Hacia una aplicación práctica de la crítica jurídica, *Crítica Jurídica*, (35), 251-273.

VÉRTIZ, Francisco (2014) “La politización del derecho. Una mirada sobre las prácticas profesionales de los abogados y abogadas populares” in Manuela Graciela González; María Gabriela Marano (eds.) *La formación de abogados y abogadas. Nuevas configuraciones*, La Plata: Imás, 237-260.

VIEIRA, Rodrigo da Costa (2015) “Advocacia Popular: síntese de uma trajetória e sua importância para a defesa dos direitos culturais” in Oona de Oliveira Caju; Rodrigo da Costa Vieira Seminário: espaço de violações de direitos humanos e potencial de lutas. Mossoró: Queima-bucha, 218-231.

VIEIRA, Oscar Vilhena; ALMEIDA, Eloísa M. (2011) Strategic advocacy in human rights: Conectas’ experience, *Revista Sur*, 8 (15), 181-205.

ZANOTELLI, Ana Gabriela Camatta (2018) “Um pé na terra, outro no tribunal: um estudo sobre a proposta de assessoria jurídica popular do Coletivo Margarida Alves”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santos.

ZANOTELLI, Ana Gabriela Camatta; LOSEKANN, Cristiana (2017) “A assessoria jurídica popular e o uso do direito no processo de confronto político”. 41<sup>o</sup>

Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Programa e Resumos - 41º Encontro Anual da ANPOCS.



## **Sobre a autora e os autores**

### **Luiz Otávio Ribas**

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS).

### **Flávia Carlet**

Doutora em Sociologia do Direito pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Pesquisadora no projeto “Impunidade de crimes de assassinato em massacres no campo - 1985-2023” (UnB/MJSP). Atualmente é pesquisadora visitante na York University/Canadá. Atua também em pesquisas sobre advocacia popular e lutas por território de comunidades quilombolas na América Latina. É colaboradora da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP) e do Instituto Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais (IPDMS).

### **Freddy Ordóñez Gómez**

Advogado, Especialista em Epistemologias do Sul, Mestre em Direito com aprofundamento em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário. Estudante do Doutorado em Direito da Universidade Livre. Integrante do Instituto Latinoamericano para uma Sociedade e um Direito Alternativos (ILSA). Membro de História, Ambiente e Política, grupo de investigação categoria A1 de Minciências, e do Centro de Pensamento Amazônias (CEPAM). Professor universitário de graduação e pós-graduação na Colômbia.